

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Tive conhecimento através da Associação ILGA Portugal da situação relatada na carta que vos foi enviada no dia 5 de Outubro corrente, até hoje sem resposta.

A ILGA recebeu recentemente um contacto de uma utente do S.N.S., Mónica Ribeiro, que tem procurado a Maternidade Alfredo da Costa (doravante, apenas MAC), mais concretamente o Serviço de Ginecologia, com o intuito de obter apoio e acompanhamento em face de um problema de saúde que, segundo relatado, provoca dores incapacitantes.

Na sequência de consultas anteriores, Mónica Ribeiro terá sido atendida pelo Dr. Carlos Marques e subsequentemente pela Enf.ª Violante. Com o decorrer da consulta, e por força das circunstâncias que rodeiam a situação clínica da utente, Mónica Ribeiro terá informado os referidos profissionais de saúde que é lésbica.

Face a esta afirmação e face às preocupações de Mónica Ribeiro perante a eventual infertilidade que poderia ou não resultar da cirurgia cuja necessidade estava a ser avaliada, ambos os profissionais de saúde terão dito que “as lésbicas não têm filhos”, pelo que a questão da infertilidade não seria relevante.

O desconhecimento demonstrado quanto às necessidades de saúde sexual e reprodutiva das mulheres lésbicas causou naturalmente grande espanto e indignação a Mónica Ribeiro, a qual passou a sentir uma enorme insegurança face à atenção que o seu caso poderia ter na MAC. Não tendo sido agendada uma cirurgia e não tendo também a utente o acesso ainda quer a um diagnóstico conclusivo, quer aos exames clínicos que realizou, o problema que a levou a procurar ajuda mantém-se, acompanhado agora de uma compreensível falta de confiança no apoio clínico que poderá receber.

Creio que condutas como a referida são infelizes e censuráveis mas que serão comportamentos pontuais e limitados aos referidos profissionais de saúde.

Ainda assim, é essencial que certas entidades, entre as quais a Ordem dos Médicos, na pessoa do seu presidente tomem posição.

A impunidade parece, claro, inadmissível, para este caso e futuros.

Solicito, pois, esclarecimentos sobre a situação exposta

Com os melhores cumprimentos,

Palácio de São Bento, quarta-feira, 19 de Outubro de 2011

Deputado(a)s

ISABEL ALVES MOREIRA(PS)